

**(aprendendo) Direitos Humanos
com Boletins do Fórum Intersindical**

[Boletim Informativo nº 51, novembro 2019, Artigo do mês]

Trabalho E... Território (II)*Equimar Felício Chaveira**Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos*

Refletir a situação histórica atual, interpretar os principais problemas sociais do momento e organizar-se politicamente demandam compreender o vínculo entre trabalho e território. Isso tem uma explicação: ambos são componentes estruturantes da vida humana; ambos se ramificam no vasto campo do tecido social, como na dimensão ambiental, política, identitária, cultural, econômica. E ambos circundam as diferentes escalas, desde a geopolítica, na qual se expressa o estrategismo de domínio e de conflitos dos países; e a da ação, mediante a qual o sujeito forja a vida rente, concreta, relacional, desde a moradia, passando pela mobilidade, incluindo o lazer, o afeto, a subjetividade. Pode-se então dizer: trabalho e território medeiam a vida humana, todos os sujeitos estão implicados em situações de trabalho e em dimensões territoriais. Se tudo passa pelo trabalho e se tudo passa pelo território, um atravessa o outro - e ambos se vinculam e se implicam -. A oferta de empregos; a localização de uma indústria; as lavouras agrotóxicas e sua relação com a devastação de águas e com um estilo de música “universitário”; as funções e os conflitos urbanos e o dispêndio da energia física de trabalhadores no *rush* do trânsito ao som de estilos universitários ou não; e o processo migratório inter-regional, internacional, ou mesmo de sentido rural-urbano, incluindo a densidade de técnicas, cuja trilha sonora da desterritorialização, espécie de marcha fúnebre, demonstram esse vínculo implacável.

Território e trabalho se entrelaçam nas semânticas contraditórias das reformas. A reforma agrária que nunca foi feita e garante a cova rasa do sem-terra como parte do latifúndio, lembrando [João Cabral de Melo Neto](#). E a reforma trabalhista que nunca deveria ter sido feita, que garante ao trabalhador a cova rasa em vida.

E mais: problemas estruturais do modelo tóxico, patológico e assassino da economia capitalista, baseada na “ciranda financeira”, com rotação de trilhões de capitais em pequenas temporalidades, encorpado pela sedimentação da agricultura química e de precisão e pela influência das inovações científicas e dos objetos tecnológicos no formato de redes moduláveis. Todas a favor do contra. Contra a distribuição de riqueza, contra a distribuição de direitos humanos, contra a distribuição de solidariedade e, enfim, contra a distribuição de ternura.

Todavia, como não existe o totalitarismo perene do arbítrio e da opressão, as relações viscerais entre trabalho e território, noutro polo, ensejam diferentes movimentos de resistência, de combates e de enfrentamentos a esse modelo, tais como como a agroecologia, os movimentos antiglobalização, “*occupy*”, Sem-Terra, Sem-Teto, juvenis - e tantos outros -. Evoé! Hoje vários movimentos sociais, entre os quais o MST e também de povos indígenas e quilombolas, lutam pelo território, pois veem que nele se situam a terra, as possibilidades de trabalho, as condições de reprodução da vida e de soberania. Terra, território e trabalho - TTT - são pilares da vida e, se são, substanciam o SER. Daí, torna-se urgente a esses Movimentos fazerem a interpretação das relações de força de um território; se veem, por exemplo, motivados a compreender os sentidos da colonização e a “pilhagem territorial” ([Perpetua, 2016](#)) empenhadas em dismantlar modos de vida, como ocorreu na África; e saberes, línguas, como na América Latina. Perguntem em assembleias, reuniões e suas pautas diárias: *Quem são os donos do território amazônico? Quem protege a floresta? Quem deve ser dono da riqueza do trabalho? Pode alguém exterminar línguas, saberes, práticas em nome de um tipo de economia?* Por isso, a luta pelo trabalho supõe a luta pelo território, essa supõe aquela. Características e resultados originados desse modelo econômico, a partir da profunda concentração de capitais dos conglomerados empresariais, industriais e de serviços, são bem delineadas pelo geógrafo paulista, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Ele nos mostra a “monopolização do território e o território da monopolização”, onde são vistos números esclarecedores: cerca de 60 mil trabalhadores, todos os anos, morrem de acidentes de trânsito; aproximadamente 700 mil casos de acidentes graves (notificados, por ano) no mundo concreto (e formal) do trabalho; 67 mil ocorrências de violência contra a mulher, a maioria de violência física. Muitas mulheres perdem parcialmente a visão, têm as mandíbulas fraturadas ou são obrigadas a circularem com o olho roxo. Em alguns casos, escondem o sorriso face aos seus dentes quebrados, em outros são atacadas em seus símbolos de reprodução da vida: seios mutilados, vaginas queimadas, identidades femininas violentamente desprezadas. Os números seguem esclarecendo a ordem problemática desse modelo econômico e modo de produção social contra as mulheres: 51,06% violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas. O modelo, tal como essa sociedade que possui braços mundiais, repercute em diversas identidades: em 2016 ocorreram 106 casos de suicídio indígena e 118 assassinatos.



A repercussão do modelo concentrador e homicida pode ser visto no aumento de casos de depressão; de transtorno de pânico, fóbico e de ansiedade. Muitos autores, militantes, e professores avaliam que a economia que patologiza é a mesma que explora o trabalho, hiperprecariza-o, gera o desemprego estrutural, cria o medo de futuro na juventude trabalhadora e monopoliza o território em nome dos conglomerados, dos latifundiários e dos países fabricantes de guerra. A articulação entre trabalho e território dá conta que a organização do trabalho, as condições e os produtos realizados por Ele, criam a dinâmica territorial, essa mesma dinâmica que possibilita, limita, normatiza toda a ação do trabalho. Pode-se então ler o território pelo trabalho e ler o trabalho pelo território. Essa leitura é uma bússola central para ler a sociedade, suas contradições, suas ambiguidades; e para encadear a energia e o fermento das lutas dos trabalhadores. Como nas primeiras navegações, trabalho e território são a bússola para navegações de conquista distinta das originais: aquelas que conquistarão a dignidade humana no trabalho e na ocupação do território. A dimensão social da existência, em toda a sua abrangência, ao passar pela articulação entre território e trabalho, elucida: se o território é o lugar do monopólio, da concentração de riqueza e do domínio geopolítico, é, igualmente, o lugar das organizações, das lutas, da emancipação. Se há uma necessidade de o trabalhador produzir uma consciência de sua identidade social, isto é, reconhecer-se como trabalhador, há a necessidade de interpretar as intenções, as estratégias concretas, ideológicas e imaginárias dos atores que dominam, exploram, apropriam-se do trabalho e do território. Se a riqueza do trabalho depende do território, a emancipação do trabalhador é territorialmente configurada.

Assim, a luta de classes, as lutas identitárias nas quais envolvem gênero, raça, etnia, sexo - e outros componentes fundamentais do ser humano - cobram o exame das tensões territoriais; essas tensões que atravessam a vida de todos e que, no caso das sociedades mundializadas contemporâneas, esmagam a vida e devoram o território.

Numa visão clássica, território e Estado quase são sinônimos. Havia, nesta visão, a imagem pela qual o território era a casa do Estado, o Estado o ente superior do território. Essa perspectiva tratava o povo, ou a população, juntamente com a lei e os organismos de preservação do Estado, como o exército, os componentes de sustentação do território. Hoje, contudo, a visão de território supõe os conflitos, as disputas, as relações de força que não residem apenas no Estado, mas na energia social que dinamiza as relações de trabalho, de cultura e da consciência coletiva e dos grupos.

■ ■ ■

Inspirações: - Bombardi LM. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Dataluta*, v.1, n.1, p.1-21, set. 2011. // - Chesnais F. *A mundialização do capital*. (Trad. Silvana FF). São Paulo: Xamã, 1996. 335 p. // - Mitidieiro Jr MA. Os Movimentos Sociais no Campo no Estado de São Paulo (1995/2001). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.82, p.7-42, 2005. // - Oliveira AU. A mundialização da agricultura brasileira. In: Oliveira AU, Lira ER et. al (orgs.). *Território em conflito, terra e poder*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17-104

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.